

GRAMSCI E A DEMOCRACIA OPERÁRIA

RICARDO RODRIGUES ALVES DE LIMA*

O lado transitório da ordem do capital pode ser vislumbrado, segundo Marx e Engels, nos momentos de crise geral da acumulação de capital, quando as contradições inerentes ao sistema apontam para seus limites estruturais de reprodução, abrindo-se inclusive a possibilidade para a revolução social, como ocorrera nas revoluções de fevereiro e março de 1848 e na Comuna de Paris em 1871, momentos nos quais o proletariado anunciava a possibilidade “de uma fase qualitativamente nova no desenvolvimento da espécie humana”. (MÉSZÁROS, 2002: 544).

No que se refere à experiência do movimento operário europeu do século XIX, o período da Comuna de Paris foi o que melhor delineou as possibilidades e potencialidades de um tipo de sociedade cujo horizonte situava-se “para além do capital”, conforme a expressão de Mézáros (2002). Assim, Marx, mesmo apontando os limites e equívocos na ação dos operários franceses, vai enfatizar o caráter emancipatório contido na experiência da Comuna:

Eis o seu verdadeiro segredo: a Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária, fruto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política afinal descoberta para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho. Sem essa última condição, o regime comunal teria sido uma impossibilidade e uma impostura. A dominação política dos produtores é incompatível com a perpetuação de sua escravidão social. A Comuna devia servir de alavanca para extirpar os fundamentos econômicos sobre os quais se apóia a existência das classes e, por conseguinte, a dominação de classe. Uma vez emancipado o trabalho, todo homem se converte em trabalhador, e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe. (MARX, 1979: 83-84).

Portanto, o que se delinear a partir do período revolucionário de 1848 na Europa, no qual o movimento operário pela primeira vez apareceu na cena histórica como um agente autônomo, dotado de interesses próprios, ganhou plena expressão com a Comuna de Paris em 1871, ou seja, a forma política para a “emancipação econômica do trabalho”. Com relação à experiência política legada pelo movimento comunista no

*Professor de Ciências Sociais (UPIS-DF), Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da UFG e Bolsista CAPES.

século XIX, a da Comuna se constituiu provavelmente na principal forma de organização do proletariado para a superação do capital a ser retomada pelo movimento operário e comunista do século XX. Nesse sentido, o objetivo do presente texto é o de analisar o significado da experiência política dos conselhos de fábrica na Itália durante o período do Biênio Vermelho, particularmente a partir da perspectiva de Antonio Gramsci. Duas questões constituem o fio condutor da análise: em primeiro lugar, se a experiência dos Conselhos na Itália pode ser considerada como continuadora daquela iniciada pela Comuna de Paris; e em segundo lugar, qual a importância desse período da história italiana para a posterior produção gramsciana e comunista.

Cabe ressaltar que a escolha por esse período da história italiana deve-se à importância e à influência que o movimento operário italiano exerceu sobre o movimento operário brasileiro no decorrer do século XX, o que se deve, entre outros fatores, à forte presença de imigrantes italianos na composição da classe operária brasileira do início do século XX. Por outro lado, a escolha de Antonio Gramsci justifica-se não apenas pela influência que teve entre os intelectuais marxistas no Brasil a partir da década de 1960, mas principalmente pelo fato de que a sua participação no movimento revolucionário italiano dos anos de 1919-1929, conforme sustentado aqui, foi decisiva para a formulação das novas formas possíveis de constituição de um poder proletário que se colocasse para além do capital, conforme seria esboçado nos *Cadernos do Cárcere*.

O Biênio Vermelho (1919-1920): Gramsci e a experiência dos conselhos de fábrica

O período histórico da abordagem aqui privilegiado, situado nos anos de 1919 e 1920, corresponde àquele no qual Gramsci, ainda membro do Partido Socialista Italiano (PSI), atua principalmente por meio da revista *L'Ordine Nuovo*, fundada por ele em conjunto com mais três jovens socialistas: Palmiro Togliatti, Umberto Terracini e Angelo Tasca.

O momento no qual fora lançado *L'Ordine Nuovo* - resenha semanal de cultura socialista, conforme seu subtítulo - corresponde a uma conjuntura tensa e dramática da luta de classes e da contradição capital-trabalho em escala internacional. Com a irrupção da revolução socialista na Rússia em 1917, o movimento operário socialista ganhava novo fôlego, pressionando a burguesia industrial e o Estado capitalista tanto nos países

capitalistas mais desenvolvidos, como Inglaterra e Alemanha, quanto na periferia do sistema. À época, mesmo em países com uma economia capitalista pouco desenvolvida como o Brasil, houve uma forte movimentação operária, como nas greves de 1917 e 1919

Na Itália, a força antagônica ao capital revelava-se sobretudo no norte do país, em cidades como Turim, região mais avançada no que se refere ao domínio do capital industrial. Em agosto de 1917 os operários de Turim realizaram um grande ato público de apoio à revolução russa e aos bolcheviques e, logo após, uma greve geral, ações que rapidamente se converteriam em ação insurrecional, com o levantamento de barricadas contra a ação da polícia. Cinquenta operários morreram e cerca de duzentos ficaram feridos, com Turim sendo declarada zona de guerra. Com a prisão de quase todos os membros da seção turinense do PSI, Gramsci se tornaria nessa época o secretário da Comissão Executiva Provisória dessa mesma seção. Apesar da derrota do movimento operário italiano em 1917, os anos de 1919 e 1920 seriam marcados novamente por ações políticas que se contrapunham ao domínio do capital e que tornariam nítidas as diferenças entre as tendências reformistas e revolucionárias no interior do movimento socialista italiano. Tal divergência no interior do movimento operário e socialista se verificava nas posições tomadas em relação às comissões internas de fábrica que se formaram nas indústrias de Turim e que foram objeto da atenção de Gramsci.

É importante ressaltar que diante dessa conjuntura revolucionária em escala nacional e internacional a trajetória intelectual e política de Gramsci convergiu de modo decisivo para a ação revolucionária centrada na hegemonia do proletariado industrial italiano. Isso pode ser verificado a partir das posições que teve como membro ativo do PSI e do *L' Ordine Nuovo* - em maio de 1919, Gramsci foi eleito membro da Comissão Executiva turinense do PSI - durante o “biênio vermelho”, especialmente no momento em que o movimento operário italiano colocava em questão a representatividade das comissões internas de fábrica junto aos operários. Criadas inicialmente nas fábricas como órgãos responsáveis pelo controle da disciplina do trabalho, tais comissões, pela pressão crescente dos operários, foram se convertendo em formas de representação e organização política dos trabalhadores nas fábricas, embrião dos conselhos de fábrica de 1919. De acordo com Dias:

A questão está colocada. O controle operário aparece como peça chave para o movimento operário. O comunismo é a única alternativa para a civilização italiana e, em geral, para a européia. É nesse cenário que é colocada, pelo

operário metalúrgico Enea Matta, a questão sobre a representatividade das comissões internas e da necessidade de repensá-las, libertando-as do colaboracionismo. Esta é a origem do célebre editorial que vai promover a mudança da linha de *L' Ordine Nuovo*. (DIAS, 2000: 163).

Assim, em junho de 1919, num importante artigo publicado em *L' Ordine Nuovo* e intitulado “Democracia Operária”, Gramsci ressaltava que:

A fábrica com suas comissões internas, os círculos socialistas, as comunidades camponesas são os centros de vida proletária nos quais é preciso trabalhar diretamente. As comissões internas são órgãos de democracia operária que é necessário libertar das limitações impostas pelos empresários e nos quais é preciso infundir vida e energia novas. Hoje, as comissões internas limitam o poder do capitalista na fábrica e desempenham funções de arbitragem e disciplina. Desenvolvidas e enriquecidas, deverão ser amanhã os órgãos do poder proletário que substituirá o capitalista em todas as suas funções úteis de direção e administração. (GRAMSCI, 2004: v.1, 247).

Como se percebe na passagem acima, a sua análise tem como ponto de partida o universo da fábrica, espaço central da produção capitalista e da extração de mais-valia sobre a força de trabalho. Nesse sentido, é sua própria ação enquanto ativista político-cultural socialista que o leva a privilegiar a fábrica enquanto ponto central da análise e da ação revolucionária.

Em oposição às tendências socialistas situadas no próprio PSI e que desenvolviam sua perspectiva de ação a partir de um sindicalismo reformista que não transcendia a ordem capitalista, não colocando em questão o regime do trabalho assalariado, Gramsci e os membros do *L' Ordine Nuovo* projetavam os conselhos de fábrica como as instituições que poderiam elevar o operário da condição de assalariado à de produtor, fazendo dos conselhos organismos privilegiados na construção do Estado operário-socialista – em aliança com os camponeses.

Num momento em que a revolução socialista mostrava-se como uma possibilidade real, dada as situações vivenciadas na Rússia, Alemanha, Hungria, Inglaterra e a própria Itália, Gramsci vislumbrava nos conselhos de fábrica a emergência do Estado socialista e da ditadura do proletariado, que já se desenvolvia nas entranhas do Estado burguês:

O Estado socialista já existe potencialmente nas instituições da vida social características da classe trabalhadora explorada. Articular entre si estas

instituições, coordená-las e subordiná-las segundo uma hierarquia de competência e de poderes, centralizá-las fortemente significa criar desde já uma verdadeira democracia operária, em eficiente e ativa contraposição ao Estado burguês, preparada desde já para substituir o Estado burguês em todas as suas funções essenciais de gestão e de domínio do patrimônio nacional” (GRAMSCI, 2004: v. 1, 245-246)

Comentando a proposta de Gramsci em relação aos conselhos de fábrica, Del Roio ressalta que: “Fazendo analogias com os *shop-stewards* ingleses, como os *räte* alemães e, principalmente, com os *soviet* da Rússia, o movimento insere-se no processo em marcha da revolução socialista internacional.” (DEL ROIO, 2005: 42). Mais do que essa relação com a revolução internacional, pode-se, a partir das características do movimento operário ressaltadas por Gramsci, responder afirmativamente a uma das indagações levantadas no início do texto, ou seja, a experiência dos conselhos de fábrica também significavam a retomada da experiência da Comuna de Paris, à medida que trazia em germe possibilidades para a construção do poder proletário em oposição ao poder do capital.

É necessário ressaltar também que a sintonia das propostas dos intelectuais do *L'Ordine Nuovo* com o movimento revolucionário internacional seria salientado pelo próprio Gramsci num artigo intitulado “O Problemas das Comissões Internas”, publicado em agosto de 1919:

Mesmo na forma tosca e primitiva com que se apresentam atualmente, tais comissões correspondem a este princípio afirmado nas revoluções da Rússia e da Hungria: o de que a luta de classe, no período atual da história da indústria capitalista, realiza-se em um novo tipo de organização proletária, que se baseia na fábrica e não na categoria profissional, na unidade de produção e não nos sindicatos de categoria nascidos da divisão do trabalho. Esse novo tipo de organização, desenvolvendo-se, articulando-se, enriquecendo-se de novas funções hierarquicamente ordenadas, constitui o fundamento do Estado socialista, o instrumento da ditadura proletária no campo da produção industrial (GRAMSCI, 2004: v. 1, 272).

Tem-se, desse modo, uma perspectiva que enfatiza a necessidade da organização autônoma e antagônica da classe operária em relação ao capital, origem de um novo Estado fundado na aliança operário-camponesa. Nesse sentido, é importante ressaltar o grau de penetração dessas concepções no movimento operário italiano, especialmente

no Piemonte e em Turim. A revista *L'Ordine Nuovo* chegou a contar em 1920 com 1.100 assinantes e 5000 leitores. Por outro lado, as propostas defendidas nessa revista passaram a orientar efetivamente segmentos do movimento operário italiano, tanto que em novembro de 1919 a Fiom (Federação Italiana dos Operários Metalúrgicos) aprovou o princípio da constituição dos conselhos de fábrica, o qual também fora aprovado no diretório municipal do PSI em Turim e pela Câmara do Trabalho de Turim. No entanto, a coerência com a proposta revolucionária levaria o movimento conselhistas à derrota em 1920 frente à burguesia industrial e à própria tendência majoritariamente reformista do próprio PSI:

A tentativa dos patrões de limitar a atuação dos conselhos de fábrica foi respondida, em abril de 1920, com a greve geral, que se espalhou por toda a região do Piemonte, abarcando diversas categorias de trabalhadores. Enquanto o Estado mobilizava o Exército para assegurar a ordem, a Confederação Geral do Trabalho (CGL) opunha-se ao movimento. A reunião da direção nacional do PSI, marcada para acontecer em Turim, foi transferida para Milão, antecipando a posição também contrária ao movimento grevista desencadeado pelos conselhos de fábrica. Com variados argumentos, todas as tendências do partido expuseram suas considerações contrárias à greve e às perspectivas que esta abria. O isolamento levou o grupo do *L'Ordine Nuovo* e o movimento dos conselhos de fábrica à derrota (DEL ROIO, 2005: 44).

A derrota definitiva do movimento viria em setembro de 1920, quando a Fiom, diante do fracasso das negociações entre empresários e operários ocorridas após abril, decide pela ocupação das fábricas, que ocorreria em 1º de setembro, efetivando-se uma “forma de autogestão operária e de transferência de autoridade, constituindo-se numa ação revolucionária que se opõe ao capital e ao Estado, mas também contra o reformismo instalado no sindicato e no partido socialista” (DEL ROIO, 2005: 47).

Gramsci e a crítica à ordem do capital

Apesar da derrota que viria logo após a ocupação de fábricas em setembro de 1920, pode-se perceber, por conta da atuação política de Gramsci, o início de uma guinada em sua trajetória intelectual, aproximando-o dos escritos de Marx produzidos a partir do final da década de 1850 e que representavam a mais radical crítica da economia política do capital. Essa aproximação, no entanto, somente iria aprofundar-se

na fase do cárcere, mas já podem ser percebidos alguns elementos fundamentais que seriam retomadas depois.

Assim, de modo similar a Marx, no século XIX, que percebia a necessidade de estudar o capital a partir de seu ponto mais avançado historicamente, a Inglaterra, Gramsci, no famoso ensaio *Americanismo e Fordismo*, vai interpretar a expansão da ordem do capital no século XX a partir de seu ponto mais desenvolvido – os EUA. No entanto, essa continuidade se estabeleceria não apenas nos Cadernos do Cárcere, escritos entre 1929 e 1935, mas a partir da experiência de Gramsci durante o período dos conselhos de fábrica na Itália.

Em 1917, ao saudar a revolução russa no artigo “A Revolução conta o Capital”, Gramsci, cujo marxismo se expressava mais por um anti-positivismo do que por um conhecimento aprofundado da ordem do capital, afirmava que os bolcheviques “vivem o pensamento marxista, o que não morre nunca, que é a continuação do pensamento idealista italiano e alemão, e que em Marx se havia contaminado de incrustações positivistas e naturalistas” (GRAMSCI, 2004: v.1, 127). Nessa linha de raciocínio, Gramsci valorizava a ação política dos revolucionários russos por entender que eles não incorreram no determinismo de Marx de *O Capital*, livro que, a despeito de sua grandeza, favorecia uma leitura etapista da história, legitimando a concepção de que em países atrasados o poder burguês deveria preceder a revolução socialista. Porém, a fase conselheira de Gramsci, de acordo com a hipótese aqui defendida, implicará o início de uma compreensão mais aprofundada da lógica do capital e da própria obra de Marx. No artigo “O Conselho de Fábrica”, publicado em junho de 1920, logo após a derrota do movimento operário revolucionário nas greves de abril, Gramsci numa reflexão sobre a revolução parece retomar as indicações de Marx contidas no prefácio de *Para a Crítica da Economia Política* (1859):

A revolução proletária não é o ato arbitrário de uma organização que se diz revolucionária ou de um sistema de organizações que se dizem revolucionárias. A revolução proletária é um longuíssimo processo histórico que tem lugar quando surgem e se desenvolvem determinadas forças produtivas (que resumimos na expressão ‘proletariado’) num determinado ambiente histórico (que resumimos nas expressões ‘modo de propriedade individual’, ‘modo de produção capitalista’, ‘sistema de fábrica’, ‘ modo de organização da sociedade no Estado democrático-parlamentar’). Numa determinada fase deste processo, as novas forças produtivas não podem mais

se desenvolver e organizar de modo autônomo nos quadros oficiais em que se processa a convivência humana. É nesta determinada fase que tem lugar o ato revolucionário, que consiste num esforço orientado no sentido de quebrar violentamente estes quadros, de destruir todo o aparelho de poder econômico e político em cujo interior as forças produtivas revolucionárias estavam contidas de modo opressivo; [...]” (GRAMSCI, 2004: v. 1, 361-362).

No caso, para Gramsci a revolução ao invés de ocorrer simplesmente no plano das instituições políticas burguesas do Estado, “se realiza no terreno da produção, da fábrica, onde as relações são entre opressor e oprimido, explorador e explorado, onde não existe liberdade para o operário, onde não existe democracia. O processo revolucionário se efetiva onde o operário não é nada e quer se tornar tudo” (GRAMSCI, 2004: v. 1, 363). Assim, a própria condição de intelectual orgânico do proletariado fabril mais desenvolvido da Itália conduziria Gramsci em sua trajetória intelectual à *O Capital*, de Marx.

A mesma concepção de intelectual orgânico desenvolvida por Gramsci nos Cadernos do Cárcere serve para elucidar o seu papel na conjuntura de 1919-1920 na Itália:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político. (GRAMSCI, 2001: v. 2, 15).

O desenvolvimento da consciência em relação ao papel econômico, político e social da classe operária italiana naquele momento da história era o que buscavam Gramsci e os demais integrantes de *L'Ordine Nuovo*.

Tal fato pode ser vislumbrando nos seus escritos e na sua ação política durante o biênio vermelho em que já inicia a crítica da “fase imperialista do processo histórico da classe burguesa” em que “o poder industrial de cada fábrica se separa da fábrica e se concentra num truste, num monopólio, num banco, na burocracia estatal. O poder industrial torna-se irresponsável e, portanto, mais autocrático, mais impiedoso” (GRAMSCI, 2004: v. 1, 364-365). Em contrapartida, novas possibilidades se abriam para a revolução socialista, à medida que “o operário – liberto do espírito servil de hierarquia, impulsionado também pelas novas condições gerais em que a sociedade se encontra, em função da nova fase histórica – obtém inestimáveis conquistas de

autonomia e de iniciativa” (GRAMSCI, 2004: v. 1, 365). Assim, para além da crítica à fase imperialista do capital, tem-se a teorização do novo poder operário que se delineava naquela conjuntura, projetando os “organismos que representam a fábrica como produtores de objetos reais e não de lucro” (GRAMSCI, 2001: v. 4, 313).

Nesse sentido, apesar da derrota do movimento operário italiano no início da década de 1920, pode-se considerá-lo como matriz de uma nova formulação teórica do poder proletário nas condições do imperialismo do capital no século XX, mas em continuidade com a experiência do século XIX legada pela Comuna de Paris e pela obra de Marx e Engels, tal qual seria esboçada por Gramsci nos *Cadernos do Cárcere* entre 1929 e 1935.

REFERÊNCIAS

DEL ROIO, Marcos. **Os Prismas de Gramsci**: a fórmula política da frente única (1919-1926). São Paulo: Xamã, 2005.

DIAS, Edmundo F. **Gramsci em Turim**: a construção do conceito de hegemonia. São Paulo: Xamã, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 6 v. Tradução e organização de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002.

_____. **Escritos Políticos**. 2 v. Tradução e organização de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MARX, Karl. A Guerra Civil na França. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, [1979]. (v.2)

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo; Campinas: UNICAMP, 2002.